

Novo orçamento reduz receita dos ministérios

por Claudia Safatle
de Brasília

O presidente Collor de Mello recebe, nesta segunda-feira, a versão definitiva do Orçamento Geral da União para 1992, que traz embutida uma perspectiva de estagnação econômica para o ano que vem (o crescimento do Produto Interno Bruto seria próximo de zero sobre o realizado neste ano) e uma nova compressão nos gastos públicos do governo federal: na média, os ministérios terão uma receita inferior, em termos reais, em 30% sobre o executado neste ano.

Apenas alguns segmentos da administração pública terão um orçamento mais generoso: o Ministério da Saúde poderá aumentar suas despesas em 32% reais sobre 1991, contando com os recursos da seguridade social; a Secretaria de Ciência e Tecnologia poderá contar com 10% reais de crescimento sobre as receitas deste ano; e a Previdência Social, por ter receitas vinculadas a despesas previstas na Constituição, também obterá um acréscimo real de 25%. Os demais órgãos deverão passar por mais um ano de penúria.

As receitas totais estimadas para 1992 (dados sujeitos a alguma mudança e, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a preços de abril passado) são de Cr\$ 42,78 trilhões, sendo Cr\$ 17,84 trilhões de receitas correntes (impostos e contribuições) e Cr\$ 24,93 trilhões de receitas de capital (operações de crédito). As receitas correntes comparadas ao PIB representaram 17,43% do produto em 1990, caíram para

15,16% do PIB em 1991 e, para 1992, devem corresponder a 16,62% do PIB. Já as receitas de capital, que em 1990 atingiram 50,27% do produto, despencaram para 14,53% do PIB em 1991, devendo subir para 23,22% do PIB em 1992.

A receita disponível — a que restaria após deduzidos os gastos com encargos de dívida, pessoal, transferências constitucionais e vinculadas a despesas específicas — é estimada em apenas Cr\$ 4,04 trilhões, ou seja, 3,73% do produto. Esse é um dos fortes argumentos do Ministério da Economia para mostrar que a Constituição de 1988 inviabilizou, de certa forma, qualquer margem de manobra do Executivo na montagem orçamentária.

O gasto com pessoal seria predeterminado pela estabilidade do funcionalismo público, as transferências constitucionais crescentes para os estados e municípios também são determinadas pela Carta Magna, assim como as vinculações de receitas a despesas previamente determinadas. Com essas amarras, pouco sobraría para o Estado investir nas áreas

(Continua na página 3)

Novo orçamento reduz receita...

19 AGO 1991
por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

que lhe são quase que exclusivas: saúde, educação, habitação e saneamento básico, entre outras.

Com os Cr\$ 4,04 trilhões, o Tesouro Nacional mais despesas da máquina administrativa e, ainda, investir. Sobraría, assim, algo como 0,7% do Produto Interno Bruto para financiar os investimentos públicos em 1992.

Com rolagem e serviço da dívida pública, o gasto estimado é de Cr\$ 22,4 trilhões. Isso representará a enormidade de 52,3% do total das receitas do orçamento da União para o ano que vem. Para contrapor o gasto com a rolagem e o serviço da dívida interna, o orçamento prevê uma receita de cerca de Cr\$ 20,84 trilhões com a colocação de títulos do Tesouro Nacional.

A folha de pagamento do Tesouro Nacional para 1992 seria de Cr\$ 4,2 trilhões, representando 4% do Produto

Interno Bruto, o que significaria uma redução substancial se comparada com os gastos com pessoal no final da gestão do ex-presidente José Sarney, quando salários e encargos sociais do funcionalismo público chegaram a absorver 6% do PIB.

O documento Orçamento Geral da União para 1992 foi montado considerando o quadro constitucional e tributário de hoje. A receita com a arrecadação de impostos representa a quantia de Cr\$ 6,6 trilhões. Esse dado estava sendo reestimado ainda no final da noite de sexta-feira última, razão pela qual eventuais modificações poderão ser feitas até o documento chegar às mãos do presidente da República. Mas seriam mudanças de menor impacto, como confirmaram fontes da Secretaria de Planejamento a este jornal. Já as receitas com contribuições sociais previstas seriam bastante superiores às dos impostos, chegando a Cr\$ 10,53 trilhões.

Da arrecadação tributá-

ria, que equivale a apenas 6,15% do produto, a estimativa é a seguinte: o Imposto de Renda compararia com Cr\$ 3,44 trilhões (ou 3,21% do PIB) e o Imposto sobre Produtos Industrializados, com Cr\$ 2,11 trilhões (1,97% do PIB). Os demais impostos federais teriam essa performance: Cr\$ 353,39 bilhões do Imposto de Importação, Cr\$ 5,7 bilhões com o Imposto de Exportação, Cr\$ 473,36 bilhões de receita do IOF e Cr\$ 211,49 bilhões com o Imposto Territorial Rural.

Como as transferências a estados e municípios, pelos preceitos constitucionais, aumentam ligeiramente em 1992 (até 1993, se prevalecerem os termos atuais da Constituição, restarão 36,5% das receitas tributárias totais para a União, 40,7% para estados e 22,8% para os municípios), no ano que vem elas deverão consumir a quase totalidade da arrecadação esperada com o Imposto de Renda. A estimativa é de que as transferências atinjam cerca de Cr\$ 3 trilhões (a

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DO TESOURO							
Ano	Disponível (A)	Vinculada (B)	Transf. est/mun (C)	Total (D=A+B+C)	(A/D)	(B/D)	(C/D)
1970	13,5	3,1	2,3	19,0	71,6	16,3	12,1
1975	66,1	21,5	3,1	90,7	72,9	23,7	3,4
1979	290,2	163,5	90,5	544,2	53,3	30,0	16,6
1980	617,6	140,8	152,6	1.221,0	50,6	36,1	13,3
1981	1.249,1	666,9	418,8	2.334,8	53,5	28,6	17,9
1982	3.600,2	244,9	882,7	4.727,8	76,1	5,2	18,7
1983	8.926,3	571,2	2.082,1	11.579,6	77,1	4,9	16,0
1984	25.108,0	3.425,2	7.438,5	35.971,7	59,8	9,5	20,7
1985	81.751,0	17.381,9	33.494,7	132.627,6	51,6	13,1	25,3
1986	213.510,7	74.345,8	92.328,0	380.184,5	56,2	19,6	24,3
1987	649.733,4	221.026,7	280.990,5	1.151.750,6	56,4	19,2	24,4
1988	4.654.184,3	1.712.595,0	2.174.305,0	8.541.084,3	55,5	19,6	24,9
1989	57.839.665,8	50.566.800,0	33.544.800,0	141.950.265,8	40,7	35,8	23,6
1990	1.698.004.254	4.322.897.469	977.419.775	6.998.321.497,8	24,3	61,8	14,0
1991 reestim.	5.868.035.105	18.895.715.937	4.009.288.555	28.773.039.597	20,4	65,7	13,9
1992 estim.	4.046.491.595	13.873.316.513	2.946.968.892	20.866.777.000	19,4	66,5	14,1

Fonte: DOU/SNP

NOTAS: Exclui operações de crédito e remun. dos disp. do Tesouro Nacional
Recursos destinados a mant. e desenv. do ensino incluídos na receita disponível
1970/75 — valores em Cr\$ bilhões
1966/68 — valores em Cr\$ milhões
1989 e 1990 — valores em NCz\$ mil
1991 Est. e 1992 Est. — valores em Cr\$ mil.

preços de abril último). Os técnicos da Secretaria de Planejamento ressaltaram que até a última sexta-feira, apesar das inúmeras reclamações dos ministérios quanto à estreiteza de suas verbas para o ano que vem, não teria havido nenhuma interferência do presidente da República a favor de um ou outro setor

da administração federal. Como o orçamento deve estar no Congresso Nacional somente no próximo dia 31, e o presidente da República o receberá nesta segunda-feira, haveria tempo suficiente, porém, para priorizar mais ou menos um ou outro órgão da administração direta.

O Congresso Nacional,

por sua vez, tem poderes para aumentar as despesas se encontrar receitas para tanto. No ano passado, adicionaram ao orçamento de 1991 uma arrecadação de Cr\$ 800 bilhões que não se realizou, ao longo deste ano, levando o Ministério da Economia a contingenciar o orçamento em 30%, na média.